

ENTREVISTA

com Benedita da Silva

POR AIMÉE SCHNEIDER DUARTE



Em sua 27ª edição, a *Revista Cantareira* entrevistou a Deputada Federal Benedita da Silva, que conosco compartilhou suas memórias sobre o período de redemocratização do país, especialmente sobre sua atuação na Assembleia Constituinte que originou a CRFB/88.

Revista Cantareira [RC]: Deputada Benedita da Silva, gostaria que a Senhora falasse um pouco sobre o período de redemocratização do país e suas impressões acerca da Constituinte de 1987 e 88, na qual participou diretamente nos anos de 1987 e 88, notadamente sobre as dinâmicas internas e o impacto das manifestações populares.

Benedita da Silva [BS]: A Constituinte de 87 teve uma influência muito grande: Sarney era presidente e estávamos no Plano Cruzado naquele momento; eles conseguiram eleger também um Centrão, que, na verdade, comandou o processo constituinte. Apesar de ser um Centrão conservador – muito aos moldes do que estamos vivendo nos dias atuais – foi muito forte o sentimento progressista, porque o país inteiro se mobilizou e se fez presente.

Os movimentos sociais, sindicais, intelectuais e todos os segmentos brasileiros se fizeram presentes. Então, de uma certa forma, isso levou o debate e a discussão sobre os direitos na Constituinte a atenderem um número maior de representatividades. A impressão que eu tenho da Constituinte é que tivemos muita gente participando, sendo um dos maiores movimentos nacionais que eu já vi e que possuía uma dinâmica inteira, permitindo que todos nós tivéssemos os segmentos, os núcleos... Vamos dar uns exemplos: LGBT, religiosos, camponeses, trabalhadoras domésticas, professores, engenheiros, pessoal do meio ambiente etc. Criou-se um clima muito interessante e esses temas foram cuidadosamente abordados e nenhum deles ficou fora do debate, mesmo os chamados *temas polêmicos*. Pode não ter absorvido todas as propostas apresentadas, mas procurou-se, nesses debates, incluir essas diferentes visões.

Tivemos um momento no qual as consultas que foram feitas impulsionaram a ascensão dos movimentos sociais e dos direitos. Como eu disse, a trabalhadora doméstica estava presente – até então, não se falava neste segmento. A partir da Constituinte começou a fazer essa defesa de que a trabalhadora doméstica tinha um trabalho diferenciado e, por conseguinte, precisava estar ali como uma trabalhadora igual aos demais, sendo esta uma etapa importante. Mas teve também trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais.

Pegou um pouco a questão da reforma, né? A reforma agrária foi, naquele momento, até por conta do próprio Centrão, que ali simbolizava os donos das terras no Brasil... Não vi Deus dar nenhum papel dizendo que eles seriam os donos, mas ali estavam colocados.

Mas, como estou te dizendo, tivemos momentos tremendos nos quais as pessoas acreditavam, portanto, vieram e foram recepcionadas; mas, por outro lado, havia pessoas céticas, “isso não vai levar a lugar nenhum”, por conta até da propaganda do Centrão e das suas investidas. O Centrão provou ser minoritário do ponto de vista dos avanços que tivemos na Constituinte, de onde apenas saiu vitorioso quando não conseguimos votar realmente na reforma agrária.

[RC]: Quais os temas que a Senhora entendeu como prioritários, as demandas de maior urgência e como a sua atuação impactou os trabalhos em curso?

[BS]: Os temas que consideramos prioritários, e dos quais eu participei com muita atividade junto com o Presidente Lula, na época também parlamentar constituinte, foram os dos direitos sociais. Nesses direitos, englobavam-se os direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, do campo, da cidade etc. Também, tratamos daqueles que chamávamos de *temas específicos* dos direitos individuais e coletivos, quais sejam: direitos das comunidades indígenas, das comunidades negras, dos quilombolas; defendíamos a questão do Estado laico enquanto liberdade religiosa, defendíamos também a questão da orientação sexual, de uma escola de qualidade e ensino da história da África no currículo, entre outros.

Foram muitas, mas muitas ações das quais tivemos esse envolvimento, sobretudo na questão dos direitos da mulher, porque entendíamos – e é uma realidade –, que a maioria da população brasileira é composta de mulheres. Sendo a maioria da população mulheres, era preciso tratar do direito exclusivo da mulher dentro de um contexto maior: ao falar do trabalhador, era preciso falar também da trabalhadora, uma vez que falar de desenvolvimento econômico, era necessário enxergar as pequenas e médias produtoras também. Você encontrava as mulheres muito invisíveis nesse trabalho chamado de *intelectualizado*, e, mesmo nesse trabalho, as mulheres recebiam uma diferença salarial em relação ao homem, na mesma ação enquanto relação de trabalho. Tratamos até das mulheres diplomatas, por incrível que pareça, porque eram proibidas de estudar e trabalhar nos países onde os maridos estivessem prestando serviço. Quer dizer, podemos ver o quanto a Constituinte foi uma coisa muito rica, uma vez que tratou da vida das pessoas. E essa questão dos direitos sociais são direitos muito fortes. Importante destacar, ainda, os direitos das presidiárias; delas poderem estar com seus filhos, de amamentarem, porque, antes, os bebês eram retirados imediatamente. Todas essas coisas foram de extrema importância.

[RC]: Essas questões, Deputada, que a senhora está colocando em relação aos direitos da mulher, foi o que depois ficou conhecido como a *Bancada do Batom*?

[BS]: Sim. A Bancada do Batom agiu muito e era conhecida como *Lobby do Batom*, sendo um *lobby* que permitiu que todos os temas fossem ali enfocados em relação aos direitos da mulher. Sua participação política, econômica, social, da relação de trabalho, das diferenças salariais, foi realmente um belíssimo trabalho – e, é bom colocar, com recortes étnicos. Nós

tratamos da mulher como um todo e com recortes: havia a mulher negra, a mulher indígena, e trabalhamos a questão da religiosidade, da liberdade religiosa para todos: de matriz africana, católica, judaica, evangélica, todas as religiões existentes no Brasil, colocando o Estado como um Estado laico. Por exemplo, nas religiões de matriz africana, é muito comum ver a maioria de mulheres à frente, assim como também na igreja evangélica. O número de mulheres é muito maior do que o número de homens.

Com essas atividades, tratamos de que esse país é um país enorme. Alguns o consideram altamente miscigenado, mas a presença é majoritariamente feminina, e a presença não é branca. A população brasileira é majoritariamente *feminina e não-branca*.

[RC]: Deputada Benedita, como foi trabalhar a cultura dentro da elaboração da Constituinte, principalmente quando se trata da cultura negra, da cultura indígena e da cultura das minorias. Como foi debater, elaborar e garantir isso na Constituinte?

[BS]: Na verdade, o que discutimos foi a cultura geral brasileira, onde se passava mais uma cultura europeia que não identificávamos. Não era da minoria, e sim da maioria, por razões etnológicas e ambientais. Por exemplo, quando dizemos que Cabral descobriu o Brasil, aqui já tinha indígenas, então, ele não estava descobrindo. Eles vieram, desbravadores, e aqui acharam esse povo com uma cultura muito forte centrada em uma cultura ambiental e alimentar muito rica, principalmente em relação à produção e ao convívio com a natureza. Isso foi realmente uma riqueza, mas precisou que a comunidade indígena toda estivesse aqui e fizesse pressão; acredito que, caso contrário, sua cultura iria ser ignorada. Tratava-se do pedacinho de terra, de delimitar as terras indígenas, e toda aquela referência forte do “rincão” brasileiro se perderia se não tratasse a questão cultural.

Praticamente dizimaram-se as tribos indígenas no Brasil, retiraram delas terras, deixando de reconhecê-las como nação, e por aí vai. Daí a importância de tratar dessa maioria que se tornou minoria por conta dos massacres existentes. Outro ponto crucial foi também a chegada de escravos. Trouxeram os negros, na verdade, como escravos. Portanto, abordar a questão racial era e é importante.

Tratamos da cultura, não ignorando o antepassado dessa cultura negra, que veio para o Brasil, e a miscigenação que houve. Eu digo, parece cruel, mas é verdade: a sociedade brasileira nasceu de um estupro. Pegaram as mulheres negras e pegaram as indígenas; muito mais as mulheres negras, até por seu número. Os escravos sofreram muito no Brasil, e continuam sofrendo. A comunidade negra possui esse legado da escravidão, e ele exclui. O que ela fez foi unificar negros e indígenas. Só que o indígena conhecia muito melhor as terras do que os negros que estavam chegando. Por isso que nas resistências quilombolas se encontrava negros, indígenas, e até alguns brancos, que chamamos de brancos aventureiros, que não se deram tão bem quanto os chamados grandes senhores de escravos. Portanto, foi muito, mas muito, rica a Constituinte.

Pudemos tratar a questão das religiosidades também, porque ela tem a ver com a cultura. O que é Tupã para a comunidade indígena?; o que é Deus para a comunidade negra e para a comunidade católica?; o que é Oxalá para a matriz africana?... Isso foi interessante. Os quilombos marcaram essa questão da religiosidade, até porque Zumbi foi um dos grandes e fortes quilombos. Ele tinha um forte histórico de religiosidade, porque foi criado católico. A igreja teve a função de amenizar também um pouco a questão da escravidão no sentido de

que os escravos deveriam se submeter aos seus senhores. É algo que nasce nessa africanidade de Zumbi, e na sua fé, essa vontade de ser o que ele foi, um grande e tremendo guerreiro.

[RC]: Deputada, pegando o gancho da religião, como foi o debate para a elaboração da Constituinte em relação a religião? Como os grupos religiosos atuaram neste processo?

[BS]: Olha, mais uma vez, algumas coincidências surgem. Naquele momento não havia nenhuma questão colocada que pudesse ameaçar a religião no Brasil. O que na Constituinte tivemos que fazer era colocar o Estado como laico e garantir que as manifestações religiosas tivessem total liberdade, e que não haveria ali reconhecimento apenas de um segmento religioso. Isso que ninguém abordou, mas que foi grande naquele momento. Não se falava que não haveria liberdade religiosa no país, mas quem simbolizava a religião brasileira? Quem simbolizava realmente essa liberdade? Não era a matriz africana. Os evangélicos também não. Tem se falado na reforma de Lutero, estamos no ano de aniversário da Reforma luterana...

Ninguém era contra a igreja Católica, mas existiu uma postura dessa Igreja perante as demais. Então, na Constituinte, em relação à religiosidade, ocorreu uma resistência nos debates mais polêmicos pela igreja Católica do que pelas outras religiões. Mas a igreja evangélica estava deixando muito claro que ela era uma religião e não uma seita.

Eu digo que é muita coincidência porque hoje, em relação às demais, as religiões judias, evangélica, e católica se unificaram em torno de considerar a matriz africana como uma seita, e estamos vivendo um outro momento em que se resgata essa questão do Estado laico e de que as religiões de matriz africanas têm o seu sagrado e devem ser respeitadas tais quais as demais religiões, no caso a minha, que é evangélica.

É aí que está a riqueza. Às vezes as pessoas falam só de denominação. “Católica, evangélica, progressista...”, mas não se vê essa riqueza, não se faz esse debate de conteúdo, e aí você vê que mexe com o sentimento, com a alma das pessoas. Não é uma questão só de religiosidade. É uma questão de fé que se coloca. A fé move muito mais do que a religiosidade propriamente colocada. A fé, aquilo em que você crê e que você aceita como o seu sagrado, aquilo que você segue, aquilo pelo qual você daria a vida, dentro dessa certeza espiritual daquilo que você esteja seguindo.

[RC]: Deputada, por fim, fazendo uma análise e um balanço acerca do resultado da Constituinte de 87 e 88 para os dias atuais, qual o seu parecer sobre a possibilidade de uma nova Constituinte?

[BS]: O povo brasileiro tem almejado por isso. A Constituição de 88, como já pude comentar, ouviu o clamor do povo e garantiu muitos direitos. Aqui já coloquei muitos deles. Depois podem pesquisar e ver todos os direitos individuais, coletivos, dos trabalhadores, produtores, da classe média, até dos ricos, de preservar patrimônio, falar de taxa, falar de juros, de cobrança, tudo.

Porém, no momento atual, o que podemos dizer é que aquele clamor que foi atendido anteriormente pela Constituição está sendo rasgado. Portanto, o povo volta a clamar para

ter os seus direitos de volta. Direitos esses que no governo de Lula e de Dilma Rousseff se basearam na Constituição brasileira, e nela foram regulamentados, seja dos trabalhadores, dos sindicatos, relação de trabalho, das mulheres, do negro, da cultura, da religiosidade, tudo isso ficou redondinho.

As ações que chamamos de ações afirmativas, e outras que chamamos de cotas, outras do setor produtivo brasileiro, tudo isso recebeu um suporte muito grande durante esses dois governos. Nesse momento, as forças altamente conservadoras voltam a atacar esse plano nacional e social muito bem elaborado pela Constituinte e respaldado pela regulamentação nos governos de Lula e de Dilma. Alguns direitos estão ameaçados e outros já perdemos. Alguns o povo já perdeu.

Aí temos a reforma da previdência e a reforma trabalhista; é a questão da soberania nacional que está em jogo. Está verdadeiramente um caos. Estamos desnacionalizando o Brasil, entregando as riquezas sem dó nem piedade, querendo mais uma vez trabalho escravo através das reformas, que se percam direitos de aposentadoria, que se percam direitos e vantagens na relação de trabalho, como as horas extras e coisas dessa natureza; além de todos os benefícios sociais que a Constituição brasileira garante, que são os dos idosos, os das pessoas deficientes, os da juventude em situação de risco...

Não se propõe uma reforma, mas uma privatização do sistema presidiário. O que fazer com essa privatização? Queremos armar ainda mais as pessoas depois de campanhas belíssimas de desarmamento? Não é por aí. Não vamos resolver a questão da violência colocando mais armas, pelo contrário. Até o presidente Lula tem dito que só vamos conseguir isso com mais escolas, com mais trabalho, com mais educação, e é isso que estão tirando ao inventar uma *escola sem partido* e excluindo as *cotas*.

Nós – o povo que desfrutou das conquistas da Constituição de 88 – estamos vendo que ela está indo pelo ralo. Esse povo quer uma nova Constituinte, mas não com o que está aí. É preciso renovar o Congresso. Chamar uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana com o que está aqui no Congresso, que está ajudando o ilegítimo governo atual a entregar esse país, tirando recursos da educação e da saúde do povo brasileiro e o privando de uma vida bem melhor... não é assim.